



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# 8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

VOLTA REDONDA

# 9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

BARRA DO PIRAÍ

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **1) Sobre as demandas para a desapropriação de bens por utilidade pública ou interesse social, assinale a alternativa correta:**

- a) Na Constituição brasileira não há normas sobre desapropriação, sendo tal instituto regulado apenas pelo Decreto-lei no 3365/1941.
- b) O Decreto-lei no 3365/1941, que regulamentava a desapropriação por utilidade pública, não foi recepcionado pela Constituição de 1988, razão pela qual cada Estado fez aprovar uma lei estadual para tratar do tema.
- c) Demonstrada a utilidade pública de um bem privado, o Estado poderá desapropriá-lo, sendo a indenização paga por meio de títulos públicos do Tesouro Nacional, indexados à taxa SELIC.
- d) A Constituição exige justa e prévia indenização para que a Administração Pública possa desapropriar um bem.
- e) A Constituição expressamente dispõe que o pagamento de indenizações pela desapropriação de um bem é uma exceção ao regime de precatórios, sendo nesse sentido, também, a história jurisprudência do STF sobre o tema.

### **2) Ainda sobre desapropriação, assinale a alternativa correta:**

- a) O art. 216 da Constituição dispõe que o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, sendo a desapropriação uma das formas para o alcance de tal finalidade.
- b) A Constituição veda que o Estado desapropriar um bem para o fim de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, cabendo ao Estado, para tal fim, valer-se apenas do instituto do tombamento.
- c) Compete privativamente aos Estados legislador sobre desapropriação.
- d) Compete aos Estados e Municípios, nos termos da Constituição, promover desapropriações para fins de reforma agrária.
- e) A propriedade rural produtiva poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária, desde que o bem apresente interesse social.

### **3) Sobre meio ambiente e saneamento básico, assinale a alternativa correta:**

- a) A Constituição não traz qualquer previsão sobre o meio ambiente, cabendo ao IBAMA, por meio de suas portarias, editar as normas necessárias para a preservação desse patrimônio.
- b) Segundo a jurisprudência do STF, compete aos Estados e à União estabelecer a rede de saneamento básico das Regiões Metropolitanas, a exemplo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ante a interconexão de interesses de diversos Municípios.
- c) O legislador constituinte estabeleceu clara separação entre os princípios gerais da atividade econômica e o meio ambiente.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre meio ambiente, sendo certo que poderá delegar tal atribuição, sempre que entender cabível, aos Estados.
- e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.

### **4) Sobre o Direito à Saúde, assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo a jurisprudência do STF, o direito à saúde previsto na constituição se trata de uma norma programática, razão pela qual não se extrai um direito subjetivo à saúde – oponível ao Poder Público – diretamente das normas constitucionais.
- b) Durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus, o STF reafirmou a sua jurisprudência no sentido de que há competência concorrente entre União, Estados e Municípios para tomar medidas relacionadas à proteção à saúde.
- c) Conforme jurisprudência recentemente fixada pelo STF, compete aos Estados e Municípios a adoção de medidas concernentes à proteção à saúde, cabendo à União tão somente o financiamento das políticas estaduais e municipais.
- d) A Constituição determina que a organização do SUS se pautar pelo princípio da centralização, razão pela qual compete à União Federal primariamente a prestação direta de serviços de saúde.

e) Apenas os trabalhadores contribuintes do INSS fazem jus ao direito à saúde pública.

**5) Sobre os servidores públicos, é incorreto afirmar:**

- a) A Constituição prevê a fixação de um teto remuneratório para os servidores públicos.
- b) Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis em qualquer circunstância, sendo essa uma garantia para a atuação independente da burocracia estatal.
- c) É lícita a acumulação de dois cargos de professor ou de um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) Ao servidor público é garantido o direito à livre associação sindical.

**6) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:**

- a) Nos termos da Constituição, o Estado responde pelos atos de seus agentes apenas nos casos de dolo ou fraude devidamente comprovados.
- b) Nos termos da Constituição, o Estado responde pelos atos de seus agentes apenas nos casos de negligência, imprudência ou imperícia devidamente comprovados.
- c) Extrai-se da Constituição que as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa.
- d) Considerando que as normas constitucionais sobre responsabilidade civil dos entes públicos, o Estado não poderá ser responsabilizado em demanda ajuizada por uma vítima inocente de “bala perdida” disparada em operação da Polícia Civil, se não for comprovada a imprudência ou imperícia do agente, ante o fato de que as atividades de segurança pública são inerentes às funções estatais.
- e) No caso de acidente nuclear em uma usina operada por ente da Administração Pública, se não restar comprovada a negligência ou imperícia de um agente público na operação dos equipamentos, não se configurará hipótese de responsabilização do Estado.

**7) Sobre as ações por ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo de lei federal que atribua legitimidade exclusiva ao Ministério Público para o ajuizamento de ações por ato de improbidade administrativa.
- b) Segundo o art. 37, § 4º, da Constituição, os atos de improbidade administrativa importarão apenas na suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) Segundo o art. 37, § 4º, da Constituição, é vedada a responsabilização, pelos mesmos fatos, na esfera penal e por improbidade administrativa, sob pena de violação ao princípio do *ne bis in idem*.
- d) Segundo o STF, prescreve em três anos a ação de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos dolosos por improbidade administrativa.
- e) Segundo o STF, prescreve em cinco anos a ação de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos dolosos por improbidade administrativa.

**8) Sobre a forma de organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:**

- a) Com a Constituição de 1988, o Brasil adotou a forma unitária de Estado, cabendo a um ente público unitário – o Governo Federal – o exercício das atividades administrativas.
- b) Com a Constituição de 1988, o Brasil adotou pela primeira vez em sua história o federalismo como forma de Estado.
- c) A forma federativa do Estado brasileiro é considerada uma cláusula pétrea, não podendo ser objeto de emenda constitucional, portanto, uma proposta que tenda a substituir o federalismo por outra forma de Estado.
- d) A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, não sendo os Municípios entes federativos.
- e) Somente Presidentes da República podem sofrer processos de impeachment por eventuais crimes de responsabilidade que venham a cometer.

**9) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:**

- a) A Constituição assegura como direito fundamental o direito a ter e portar armas de fogo, para a segurança pessoal e da família, não podendo ser restringido por legislação infraconstitucional.
- b) A Constituição afirma que deve ser reconhecida por lei a união estável entre homem e mulher, razão pela qual a jurisprudência do STF é firme em negar a possibilidade de casamento ou de união estável entre pessoas de mesmo gênero.
- c) A Constituição assegura o direito à reunião pacífica, ainda que com porte de armas, em locais abertos ao público, desde que em tempos de paz.
- d) A Constituição prevê o instituto do mandado de segurança, que será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) Segundo a constituição, ninguém poderá ser preso, em nenhuma hipótese, senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

**10) Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A Defensoria Pública, o Ministério Público, os Partidos Políticos e as organizações sindicais com representação nacional poderão ajuizar ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) O *habeas-data* será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) O *habeas-corpus* será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, entre outros, por partido político com representação no Congresso Nacional.

**DIREITO CIVIL**

**11) Considere a seguinte situação hipotética:**

**João, na qualidade de vendedor, e José, na qualidade de comprador, celebram contrato de compra e venda de imóvel, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor idêntico ao valor venal considerado para fins tributários, por meio de instrumento particular. Sobre a situação, está correta a seguinte afirmativa:**

- a) O negócio jurídico é inexistente.
- b) O negócio jurídico é inválido.
- c) O negócio jurídico não possui vícios.
- d) O negócio jurídico é ineficaz com relação a terceiros.
- e) O negócio jurídico é ineficaz perante o Estado.

**12) O prazo prescricional estabelecido pelo Dec. 20.910/32 para as dívidas em geral contra a Fazenda Pública é de:**

- a) 10 anos
- b) 20 anos
- c) 3 anos

- d) 5 anos
- e) 2 anos

**13) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, são qualificados pelo Código Civil como negócios praticados em:**

- a) Consonância com a legalidade
- b) Erro
- c) Lesão
- d) Fraude contra credores
- e) Dolo

**14) Dentre as alternativas abaixo, escolha a que traz o conceito de empresário consagrado pelo Código Civil de 2002.**

- a) Pessoa jurídica que exerce atividade caracterizada por atos de comércio enumerados em lei.
- b) O administrador de pessoa jurídica, desde que dela seja sócio.
- c) Pessoa natural que exerce individualmente atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) O administrador de pessoa jurídica, seja ou não sócio.
- e) Pessoa jurídica ou natural que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**15) João firmou contrato com a loja “ABC” em 19/07/2022, comprometendo-se a pagar R\$1.000,00 (mil reais) por um sofá, que seria entregue em 19/08/2022. O pagamento se daria em espécie, sendo a primeira metade no momento da contratação e a outra metade no momento da entrega. João adimpliu a primeira parcela. No dia da entrega, a loja “ABC” não cumpre com a sua obrigação contratual, deixando de entregar o sofá. Na semana seguinte, a loja “ABC” envia notificação de cobrança a João, com juros e correção, afirmando que o sofá seria entregue meses depois, mas que João se comprometera a pagar em data certa, estando em mora com sua obrigação. Sobre o narrado:**

- a) Tem razão a loja “ABC”, pois sua mora é relativa, assim como a de João.
- b) Não tem razão a loja “ABC”, pois a João assiste a exceção do contrato não cumprido.
- c) Tem razão a loja “ABC”, pois houve novação.
- d) Não tem razão a loja “ABC”, pois juros e correção, no caso em questão, só correrão da notificação de João.
- e) Tem razão a loja “ABC”, mas a mora de João lhe ensejaria também responsabilidade por perdas e danos.

**16) A respeito da desconsideração de personalidade jurídica, está incorreta a afirmativa:**

- a) A existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- b) A identidade de sócios entre duas sociedades, por si só, não enseja a desconsideração da personalidade jurídica para atingir todo o grupo econômico.
- c) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa não enseja confusão patrimonial.
- e) A desconsideração inversa da personalidade jurídica consiste na superação da separação patrimonial entre sócio e sociedade, alcançando-se bens em nome do sócio para satisfazer credores da sociedade.

**17) Sobre as perdas e danos, está incorreta a seguinte afirmativa:**

- a) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- b) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.

- c) As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.
- d) As perdas e danos, quando ensejadas por inadimplemento contratual, têm natureza estritamente patrimonial, não abrangendo os danos morais.
- e) Nos ilícitos contratuais, em regra, os juros são contados da citação.

**18) Sobre a teoria geral dos contratos, é correto afirmar:**

- a) Somente em contratos não paritários, os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- b) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente, desde que este seja hipossuficiente.
- c) É lícito às partes estipular contratos atípicos.
- d) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que esta concorde com a avença.
- e) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada por estas, mas não vincula, em nenhuma medida, o juiz.

**19) Um prédio de propriedade do Estado do Rio de Janeiro passará por reformas. Em razão de sua importância para o patrimônio histórico-cultural, as janelas não serão substituídas, mas apenas retiradas para restauro e posterior re colocação. Referidas janelas são consideradas, do ponto de vista legal:**

- a) Bens imóveis
- b) Pertencas
- c) Bens fungíveis
- d) Bens particulares
- e) Bens móveis

**20) A respeito da solidariedade passiva, está correta a seguinte afirmação:**

- a) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, considera-se não realizado.
- b) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários.
- c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
- d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, respondendo todos, inclusive, pelas perdas e danos.
- e) A solidariedade é presumível quando haja relações comerciais frequentes entre dois devedores de uma mesma obrigação.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**21) A respeito dos princípios do contraditório e da ampla defesa, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O contraditório e a ampla defesa são garantias processuais expressamente previstas na Constituição;
- b) O contraditório e a ampla defesa são assegurados a todos os litigantes, em processos judiciais ou administrativos;
- c) O exercício do contraditório compreende tanto a informação acerca do ato processual, quanto a possibilidade de reação;
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- e) a concessão de tutelas provisórias de urgência viola os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**22) Assinale a alternativa correta a respeito das normas processuais:**

- a) As normas processuais estrangeiras disciplinam, como regra, o exercício da jurisdição no Brasil;

- b) As normas do Código de Processo Civil jamais poderão ser aplicadas aos processos trabalhistas, ainda que supletiva e subsidiariamente;
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos praticados e as situações consolidadas;
- d) Nunca é possível a interpretação das normas processuais;
- e) Ao juiz sempre é facultado decidir de acordo com a equidade, ainda que não haja previsão em lei.

**23) No que diz respeito à competência, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como preliminar da contestação;
- b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente;
- c) Como regra, é competente o foro de domicílio do réu, para causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal;
- d) Não há distinção entre incompetência absoluta e incompetência relativa;
- e) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente;

**24) São elementos da ação, que revelam a sua identidade em relação a outra, de acordo com o Código de Processo Civil:**

- a) partes, pedido e causa de pedir;
- b) citação, perempção e competência;
- c) legitimidade, caução e convenção de arbitragem;
- d) competência, petição inicial e valor da causa;
- e) nenhuma das anteriores;

**25) A respeito dos auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:**

- a) O escrivão, o perito e o oficial de justiça jamais serão responsabilizados por seus atos, ainda que causem prejuízo doloso à parte, com a prática de atos nulos;
- b) O perito será nomeado quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;
- c) O perito poderá ser qualquer pessoa de confiança do juiz, ainda que não possua a necessária habilitação profissional e mesmo que não tenha qualquer conhecimento necessário à realização da perícia;
- d) O oficial de justiça poderá, em qualquer hipótese, delegar as suas incumbências a qualquer um do povo, sem anuência ou autorização do juiz;
- e) O escrivão poderá proferir sentença, na ausência eventual do juiz.

**26) Os sujeitos que integram a relação jurídica processual, de natureza triádica, são:**

- a) juiz, perito e autor;
- b) autor, réu e escrivão;
- c) autor, réu e juiz;
- d) autor, réu e Procurador do Estado;
- e) autor, réu e perito.

**27) Observe os institutos abaixo elencados:**

**I – Assistência;**

**II – *Amicus curiae*;**

**III – Denúnciação da lide;**

**IV – Chamamento ao processo.**

**Agora assinale a alternativa correta:**

- a) Todas as opções correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- b) Somente as opções I e II correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- c) Somente as opções I, II e III correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- d) Somente as opções II e IV correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- e) Somente as opções II, III e IV correspondem a formas de intervenção de terceiros.

**28) Em uma ação que tramita pelo procedimento comum, o Estado, único réu, deve oferecer sua contestação no prazo de:**

- a) 10 (dez) dias;
- b) 15 (quinze) dias;
- c) 20 (vinte) dias;
- d) 30 (trinta) dias;
- e) 60 (sessenta) dias.

**29) Sobre a Teoria Geral dos Recursos, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Somente podem ser interpostos os recursos cabíveis, previstos em lei;
- b) O recurso nunca pode ser interposto pelo terceiro prejudicado, em nenhuma hipótese;
- c) A parte que aceitar a decisão não poderá dela recorrer;
- d) O Estado é dispensado da realização de preparo;
- e) O recurso deve ser interposto no prazo previsto em lei, sob pena de não conhecimento.

**30) Observe as seguintes proposições:**

**I – processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade, contra lei ou ato normativo federal ou estadual, questionado em face da Constituição Federal;**

**II – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal;**

**III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;**

**IV – processar e julgar, originariamente, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente.**

**Inserem-se na competência do Supremo Tribunal Federal:**

- a) as alternativas I e III;
- b) as alternativas I e IV;
- c) as alternativas II e III;
- d) as alternativas II e IV;
- e) as alternativas I e II.